

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O TRABALHO ESCRAVO EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO NO
SÉCULO XIX**

EUNICE APARECIDA SOUSA MACHADO

FLORIANÓPOLIS – SC-2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EUNICE APARECIDA SOUSA MACHADO

**O TRABALHO ESCRAVO EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO NO
SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia para a obtenção de grau no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de Concentração: História Econômica de Santa Catarina

Orientador: Professor Pedro Antônio Vieira

FLORIANÓPOLIS - SC

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O TRABALHO ESCRAVO EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO NO
SÉCULO XIX**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota....., à aluna Eunice Aparecida Sousa Machado na Disciplina CNM5420- Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Presidente

Prof. Armando de Melo Lisboa
Membro

Prof. Idaleto Malvezzi Aued
Membro

Dedico este trabalho à meus pais Manoel e Ivani Machado pelo apoio e compreensão em todos os dias da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e oportunidade de concluir esse curso.

A meus pais Manoel e Ivani pelo carinho, educação, conselhos sempre nas horas certas e especialmente pelo amor incondicional, sem o qual eu não teria conseguido alcançar meus objetivos.

A minha irmã Rosângela e meu irmão Rafael pelo carinho e compreensão.

A minha madrinha Lurdes que sempre me tratou com carinho e amor

A meu orientador Prof. Pedro Vieira pela ajuda nesta difícil batalha.

A minha amiga Priscila Cardoso e seus pais Dona Neiva e Sr. João pela ajuda e apoio dados para mim e para meus pais em momentos difíceis.

A minha amiga Mérlin Makufka e minha prima Roselei pelo apoio e amizade.

Enfim a todas as pessoas que de uma forma ou sempre me apoiaram para que eu pudesse concluir essa graduação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	9
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.4 METODOLOGIA	12
2 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.....	14
2.1 CICLO DO AÇÚCAR.....	15
2.2 CICLO DO OURO.....	17
2.3 CICLO DO CAFÉ.....	19
2.4 CAMPANHA ABOLICIONISTA.....	20

3 A ESCRAVIDÃO EM SANTA CATARINA E EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO	25
3.1 HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM SANTA CATARINA	25
3.2 A ESCRAVIDÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	30
3.3 TRABALHO ESCRAVO NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	33
3.4 TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1 - Números de Escravos por Período de 25 anos no “Século do Açúcar”	16
Tabela 2 - População de Escravos e Livres em Minas Gerais	18
Tabela 3 - População Escrava na Zona Cafeeira da Província de São Paulo	20
Tabela 4 - Principais Produtos Exportados pela Província de Santa Catarina de 1854 a 1872.....	26
Tabela 5 – População da Província de Santa Catarina e no Brasil	28
Tabela 6 - População Escrava em Relação à População Total, nos Principais Municípios Catarinenses no Século XIX.....	29
Tabela 7 - Relação entre a População Escrava e a População Total na Ilha de Santa Catarina	31
Tabela 8 - Distribuição da População Livre e Escrava na Ilha de Santa Catarina (1810-1872).....	32
Tabela 9 - A Distribuição das Atividades Econômicas dos Escravos na Ilha de Santa Catarina em 1872.....	34
Tabela 10 - População Escrava da Ilha de Santa Catarina em 1872.....	35
Tabela 11 - Relação Entre o Número de Escravos e Pessoas Livres na Economia de Nossa Senhora do Desterro em 1872	36

RESUMO

O presente Trabalho aborda um tema bastante discutido: escravidão africana. Para o Brasil são analisados dados gerais sobre a escravidão, assim como é apontado as principais etapas que levam a abolição da escravidão em 1888. Contudo o tema central é a escravidão em Nossa Senhora do Desterro, capital da Província de Santa Catarina no Século XIX e atual Florianópolis. Esta abordagem que se limita ao período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Na primeira parte da pesquisa apresentam-se economistas, sociólogos e historiadores especializados no tema da escravidão, nos fatores que a geraram e nos fatores que levaram à sua abolição no Brasil no século XIX. Na segunda parte a pesquisa traz dados que descrevem a situação quantitativa da população escrava na Vila do Desterro, em toda a Ilha de Santa Catarina, nas principais cidades catarinenses e no todo da Província de Santa Catarina. Busca-se se mostrar, além dos percentuais de escravos usados na economia da Ilha e da capital, onde e como eram empregados os cativos, e de que maneira a sociedade via o escravo. Verifica-se que na Ilha a escravidão assume um caráter urbano, onde os cativos realizavam algumas atividades que necessitavam de qualificação, mas a mão de obra livre ou assalariada sempre foi superior.

Palavras-chave: História Econômica de Santa Catarina.

Trabalho Escravo

Trabalho Livre

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O trabalho escravo foi utilizado na economia brasileira desde, aproximadamente, a década de 30 do século XVI, com a finalidade de que as terras fossem efetivamente ocupadas e que nelas se desenvolvesse a agricultura com produção em larga escala longe do mercado consumidor (a Europa). (PRADO, 1976)

No Brasil, houve a tentativa de escravizar os nativos que habitavam o território, mas esse tipo de escravidão não teve êxito, pois os mesmos não possuíam resistência contra as doenças trazidas pelos colonizadores e também não estavam acostumados a trabalhar neste tipo de regime, morrendo aos milhares. Assim, a escravização do africano e sua vinda para o Brasil foi a solução encontrada pelos portugueses para colonizar o país, reabilitando um regime de trabalho superado na Europa, onde imperava, ainda, fora das grandes cidades comerciais, o modo de produção feudal.

Na escravidão, o sujeito é totalmente despojado de sua humanidade, não possui nenhum direito e nenhum reconhecimento como ser humano, é simplesmente para os senhores:

Um instrumento de trabalho, uma máquina, não passível de qualquer educação intelectual e moral, sendo que mesmo da religião pouco se cuidava.[...] Eram reduzidos à condição de *coisa*, eram até mesmo denominados oficialmente de *peças*, *fôlegos vivos*, que se mandavam marcar com ferro quente por castigo ou sinal como gado. (MALHEIROS, 1976, p. 31)

Segundo o Dicionário Aurélio (1986, p. 690-691), escravidão significa: 1) estado ou condição de escravo, escravatura, escravaria, cativo, servidão; 2) falta de liberdade, sujeição, dependência, submissão, servidão, escravatura; 3) regime social de sujeição do homem e utilização da sua força, explorada para fins econômicos como propriedade privada. Davis (apud GORENDER, 1985, p. 47) também identifica as características dos escravos, “em geral tem sido dito que o escravo possui três características definidoras: sua pessoa é a propriedade de outro homem, sua vontade está sujeita à autoridade de seu dono e seu trabalho ou serviço são obtidos através da coerção.”

Em Florianópolis, que antes da Revolução Federalista chamava-se Nossa Senhora do Desterro, durante o período colonial e imperial até a abolição, verificou-se a implantação do trabalho escravo, apesar de ser em escala menor do que ocorria nas demais regiões provinciais e nacionais, nas quais a produção se destinava à exportação.

No litoral catarinense e na Ilha, a mão-de-obra escrava era usada na produção de farinha de mandioca, na plantação de cana de açúcar, produzida e comercializada em pequenas quantidades, devido à má qualidade da cana da Ilha de Santa Catarina, sendo destinada, principalmente, à produção de aguardente. Outra atividade na qual se usou o escravo foi na pesca da baleia, em que se verifica nítida divisão técnica do trabalho, além da acentuada divisão social. Os trabalhadores livres e pequenos produtores faziam a pesca da baleia e os escravos ficavam nos armazéns onde era realizado o processo para fabricação do óleo da baleia. Esse óleo era o responsável pela iluminação em todo o país, portanto, era uma atividade muito intensa, em todo o litoral brasileiro.

A mão-de-obra escrava era utilizada na agricultura por quem possuía mais terras e posses para adquirir escravos e tudo o que era necessário para sua manutenção, alimentação, capatazes, senzalas... Mas o desejo de possuir escravos era de todos os produtores, até mesmo dos mais humildes. (PEDRO et al, 1988)

A economia de Nossa Senhora do Desterro era bastante debilitada, pois a maioria dos pequenos produtores eram imigrantes vindos, sobretudo, das ilhas dos Açores e da Madeira e não tinham condições de adquirir escravos. A produção era basicamente destinada ao consumo da família, por conseguinte, economia de subsistência. Os funcionários da administração pública, instalados na Ilha, possuíam escravos para o trabalho doméstico, em tal setor registrou-se o maior número de trabalhadores escravos.

Devido às fortes pressões para o fim do trabalho escravo, o Brasil, a partir da década de 50 do século XIX, começou de forma progressiva a abolição da escravidão. Somente em 1888 foi formalmente abolido o regime escravista no Brasil, podendo o ex-escravo ser contratado como trabalhador assalariado ou exercer profissões autônomas.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: Que forças econômicas, políticas locais tiveram relevo no contexto da história mundial, nacional e, especificamente, em Nossa Senhora do Desterro, durante o período de transição que se inicia nas últimas fases do processo de abolição da escravidão e se estende até a substituição do modelo econômico e social que imperou no período colonial e quase até o final do Império Brasileiro?

A pesquisa a ser desenvolvida pretende verificar as particularidades de Nossa Senhora

do Desterro, e o caracter predominante da escravidão aqui implantada.

1.2 JUSTIFICATIVA

Muitos autores tratam do problema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, entre eles está o economista, historiador e sociólogo Celso Furtado (2001). Ele identifica como uma das causas da abolição a proibição do tráfico negreiro feita pela Inglaterra a partir de 1830. Dada a necessidade de mão de obra para as plantações de café, a solução seria incentivar as imigrações. No entanto, não seria possível a imposição do regime de escravidão para os imigrantes, desse modo, era preciso outras formas de relação de trabalho.

O Brasil estava inserido numa economia mundial desde o século XVI, isto é, desde o seu descobrimento, e assim, Nossa Senhora do Desterro, fazendo parte do Brasil, não deixou de sofrer as conseqüências impostas ao país por essa economia mundial .

Apesar da economia de Nossa Senhora do Desterro ser basicamente de subsistência, com um mínimo de excedente para as exportações, os acontecimentos pertinentes ao mercado mundial não podiam deixar de afetar a infra-estrutura econômica e a superestrutura jurídica e política existente na capital catarinense nos últimos 25 anos do século XIX.

Estas relações da economia regional e nacional com a economia mundial têm sido determinantes na história nacional na qual se verifica várias vezes, em diferentes períodos, fatores que se opõem a um desenvolvimento econômico e social autenticamente nacional. Por outro lado, a abolição tardia da escravidão, em relação a outros países da América, indica que fatores de subdesenvolvimento há muito acompanham a economia nacional.

Apesar das muitas pesquisas que abordam os fatores do chamado subdesenvolvimento nacional, é importante verificar estes fatores agindo, em um período e localidade específicos, em um momento de ruptura de uma forma de trabalho dentro de um mesmo modelo econômico, o capitalismo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar quais os fatores econômicos, políticos e sociais, locais, nacionais e internacionais que entraram em interação na transição do regime escravagista de trabalho para o regime assalariado em Desterro, capital da província de Santa Catarina.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Quantificar o trabalho escravo em Florianópolis e avaliar sua relevância para a economia local.
- Identificar a distribuição do trabalho escravo nos diferentes setores e atividades econômicas.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de caso que se fundamenta em uma revisão bibliográfica sobre o assunto abordando pesquisas teóricas e documentais que foram feitas a respeito da economia local, regional, nacional e internacional do período histórico referido.

Por um lado, trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva que busca mostrar as forças políticas, sociais e econômicas em jogo na transição sócio-econômica abordada. Por outro lado, a pesquisa buscará quantificar, na forma de tabelas e quadros, certos dados econômicos importantes.

De acordo com Gil (2002, p. 54), um estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Conforme Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como alvo principal a descrição de determinadas características de uma dada população, fenômeno ou inter-relacionamento de variáveis. Segundo esse autor, as pesquisas descritivas são as mais comuns entre

pesquisadores que pretendem avaliar o que envolve a dinâmica e a interação de fatores sociais singulares, cujas características precisam ser conhecidas.

Gil (2002) propõe a seguinte seqüência de etapas nas pesquisas sociais em geral:

- Formulação do problema;
- Construção de hipótese ou formulação dos objetivos;
- Delineamento da pesquisa;
- Operacionalização dos conceitos e variáveis;
- Seleção da amostra;
- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- Coleta de dados;
- Análise e interpretação dos resultados;
- Redação do relatório.

A pesquisa aqui proposta pretende seguir, conforme seus requisitos específicos, esse roteiro proposto por Gil (1999) e por outros reconhecidos autores em metodologia de pesquisa.

Na elaboração dos dados quantitativos do estudo de caso sobre o trabalho escravo em Nossa Senhora do Desterro, usam-se tabelas e quadros que podem ser obtidos diretamente das fontes, ou calculados a partir de dados primários.

As principais fontes de informações são os dados secundários oriundos de pesquisas científicas feitas sobre o assunto, também, buscam-se documentos oficiais e extra-oficiais, tais como, estatísticas oficiais, literatura com referência histórica e outras formas de registro confiáveis.

2 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Durante o século XV, a Europa estava passando por um período de expansão dos seus domínios, buscando encontrar e ocupar territórios ultramar. Sendo assim, os navegadores europeus lançaram-se em busca de novas terras, quando em 1492 navegadores espanhóis chegaram na América, em 22 de abril de 1500 navegadores portugueses chegaram ao Brasil.

Mesmo tendo “descoberto” as terras brasileiras, Portugal continuava empenhado no comércio com as Índias, pois as especiarias encontradas lá eram de grande valia para a comercialização na Europa. O comércio de especiarias representava grandes lucros para Portugal, que também obtinha vantagens com a realização do extrativismo do pau-brasil, extraíndo toneladas de madeira, cuja tinta vermelha era comercializada na Europa. Nessa etapa, a extração da madeira era feita por indígenas, em troca de espelhos e outras bugigangas oferecidas pelos portugueses.

Somente a partir da década de 30 do século XVI, o Brasil tornou-se efetivamente uma colônia de Portugal. As pressões dos demais países europeus pela posse das terras no Novo Mundo levou Portugal "então a defendê-las de uma forma mais ampla e eficaz: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização". Este procedimento, ainda no século XVI, possibilitou grandes lucros para a metrópole, devido à abundância territorial favorável à agricultura, à extração de madeira e mais tarde à extração de minérios (PRADO, 1976, p. 31-32).

De acordo Williams (1975, p. 8 - 9)

[...] Para Adam Smith, a prosperidade de uma nova colônia depende de um único fator econômico “abundância de terra”. [...], podem ser, de modo geral, divididas em dois tipos. O primeiro é a economia auto-suficiente e diversificada dos pequenos agricultores. [...] O segundo tipo é a colônia que tem facilidade para a produção de artigos primários em larga escala para o mercado de exportação, mas a terra e o capital seriam inúteis se não houvesse o controle do trabalho. [...] A solução para as colônias seria adotar a escravidão como regime de trabalho.

Neste período no Brasil (século XVI), em função da grande extensão territorial e da dificuldade de Portugal povoar a colônia com pessoas de origem européia, o governo Português adotou o segundo tipo de colonização descrito por Williams, e que Caio Prado Junior assim descreveu: "A grande propriedade será acompanhada pela monocultura. [...],

com a grande propriedade monocultora, instala-se no Brasil o trabalho escravo" (PRADO, 1976, p. 34).

Em seu livro *História Econômica do Brasil* (1976, p. 37) Caio Prado Jr. constata que, com o início das atividades produtivas, vieram os primeiros escravos africanos em 1532. E para Joana Maria Pedro (1988, p.11), os primeiros escravos chegaram no ano de 1531, com a expedição de Martim Afonso de Souza, apesar da divergência quanto ao início do trabalho escravo do negro africano no Brasil, não há dúvida de sua importância para o desenvolvimento da colônia. Embora a primeira tentativa tenha sido de utilização da força de trabalho dos nativos, no entanto, não se submeteram ao regime de trabalho imposto pelos colonizadores.

Piazza (1999) afirma que, tendo fracassado a tentativa de escravizar o indígena, em virtude da oposição da doutrina da Igreja Católica, sobretudo da Companhia de Jesus, não restou outra alternativa senão a escravização africana.

Além disso, os jesuítas consideravam os indígenas como sendo os verdadeiros proprietários das terras que estava sendo colonizada. Neste contexto, a escravização dos negros trazidos da África foi alternativa encontrada para que fosse possível a produção em larga escala de produtos primários destinados à exportação. “O reservatório de índios, também, era limitado; o africano, inesgotável. Os negros, portanto, eram roubados na África, para trabalhar as terras roubadas dos índios na América”. (WILLIAMS, 1975, p. 13)

Goulart (1975, p. 41) observa que para os colonizadores os índios eram “avesso por natureza a todo trabalho disciplinado, repugnando, além disso, a convivência com os brancos”, e conclui que os índios não se apresentavam em condições de oferecer energia necessária ao aproveitamento que se queria auferir no Novo Mundo.

Apesar da não aceitação da escravização dos índios por parte da Igreja e a falta de disciplina para o trabalho, eles continuaram a ser usados como escravos (embora em quantidade reduzida), especialmente pelos bandeirantes na conquista do interior do país, até a extinção da escravização do indígena em 1831. Restou para o negro a produção nas grandes fazendas monocultoras. (MALHEIRO, 1976)

2.1 CICLO DO AÇÚCAR

Após a introdução do regime de trabalho escravo do negro no Brasil, a indústria

rudimentar da extração de madeira foi substituída pelos engenhos e a produção de açúcar começa a ser lucrativa para Portugal. (GOULART, 1975)

O açúcar já era consumido na Europa antes de ser iniciada a produção no Brasil, mas seu preço era elevado em decorrência da pequena produção, sendo esse artigo considerado de luxo, e nem toda a população tinha acesso. A partir de 1533, os engenhos começaram a ser instalados no Brasil, o primeiro engenho foi instalado em São Vicente por Martim Afonso de Souza. O açúcar passa então a ser produzido em maiores quantidades, portanto, o seu consumo aumenta, ainda na primeira metade do século XVI o açúcar “tornou-se o principal artigo do comércio mundial”. Em 1560, os portugueses já eram considerados os maiores produtores de açúcar nas Américas. E no Brasil isso foi facilitado devido à abundância de terras e ao trabalho escravo feito por negros africanos. (CHIAVENATO, 1986, p. 27-28)

As principais províncias produtoras de açúcar, no fim do século XVI, eram Pernambuco com 66 engenhos, Bahia com 36 engenhos e mais alguns engenhos espalhados pela colônia, totalizando 108, com uma produção de 4.500 toneladas no fim do século XVI. (CHIAVENATO, 1986).

Em 1600, a colônia contava com mais de 120 engenhos, por volta de 1627 a estimativa era de 226 a 230 engenhos em toda a colônia, e no ano seguinte a colônia já possuía 235 engenhos, que nas primeiras décadas do século XVII produziam 9.000 toneladas. Entravam todos os anos no Brasil cerca de 3 a 5 mil negros africanos destinados ao trabalho nos engenhos. No período de 1600 a 1700, cada engenho possuía entre 150 e 200 escravos, possivelmente houvesse engenhos com quantidades de escravos superiores. (GOULART, 1975).

A tabela a seguir mostra o número aproximado de escravos que desembarcaram no Brasil, para satisfazer a necessidade de mão-de-obra nas lavouras de açúcar.

Tabela 1 - Números de Escravos por Período de 25 anos no “Século do Açúcar”

Período	Nº de Escravos	Percentuais
1576-1600	40.000	9,4%
1601-1625	150.000	35,3%
1626-1650	50.000	11,8%
1651-1675	185.000	43,5%
Total	425.000	100%

Fonte: França (2005, p. 66)

A tabela da página anterior mostra a variação na entrada de escravos no Brasil no período de 1576 a 1675, ocorrendo uma grande queda na entrada de escravos entre o 2º e o 3º período, em virtude, principalmente, da invasão holandesa no nordeste brasileiro (1630-1636). Após esse período, a entrada de escravos novamente sobe chegando a atingir 185 mil escravos entre 1651 e 1675, logo, para o período analisado foram utilizados aproximadamente 425 mil escravos no cultivo da cana e produção de açúcar no Brasil.

No século XVI até meados do XVII, o açúcar foi o principal produto de exportação do Brasil, mas os lucros de Portugal na produção do açúcar atraíram a concorrência dos demais países europeus, em especial ingleses e holandeses. Na segunda metade do século XVII, a Inglaterra começa a produzir açúcar em Barbados e Jamaica, causando um aumento na produção mundial e, em consequência desse aumento, ocorreu uma queda acentuada do preço, e para complicar ainda mais o monopólio português de açúcar, a Inglaterra fecha as portas do seu mercado para o açúcar português. Essas atitudes da Inglaterra vão determinar a decadência de Portugal e de sua indústria açucareira no Brasil. (CHIAVENATO, 1986)

2.2 CICLO DO OURO

Com a descoberta de metais preciosos nas regiões de Minas Gerais no final do século XVII e em Mato Grosso e Goiás nas primeiras décadas do século seguinte, inaugurou-se uma nova fase na história da colonização do Brasil, com o povoamento de grandes áreas no interior do país. O fascínio pelas notícias de enriquecimento rápido atrai a população para a região de mineração, desestruturando a única organização econômica: a indústria açucareira, que já estava em decadência devido à concorrência inglesa. (GOULART, 1975)

Além da desestruturação da economia açucareira, as pessoas não planejavam a ida às minas, simplesmente pegavam os seus pertences e escravos e iam em busca da fortuna. Muitos não conseguiam nem chegar nas minas, morriam pelo caminho devorados por feras e à míngua, quando lá chegavam, se deparavam com a falta quase que total de gêneros de primeira necessidade e, quando encontravam alimentos e animais para o transporte, o preço era absurdo, tudo tinha sido trazido de outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro, onde se situava o porto que recebia as mercadorias vindas de outras regiões e do exterior. Lavoura praticamente não existia, ocasionando a falta de alimentos, sendo responsável pela morte de

muitas pessoas, em alguns lugares os escravos chegavam a comer terra e, em consequência, morriam. (GOULART, 1975)

Além das dificuldades já apontadas, Ivan Pedro Martins (apud CHIAVENATO, 1986) identifica outros pontos de desequilíbrios provocados pela mineração:

- a) morte da indústria nascente como artesanato e manufatura nas cidades;
- b) súbito deslocamento da população da região açucareira para a região das lavras;
- c) transferência do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul, ocasionando a mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro.

A necessidade de mão de obra nas minas acarretou o deslocamento dos escravos para essa região, e a produção foi obtida com o trabalho de aproximadamente 600 mil escravos, que quanto mais trabalhavam, mais criavam condições para piorar sua vida por causa da, falta de equipamentos adequados para as escavações, alimentação inadequada, condições de moradia e trabalhos insalubres, ocasionando a morte de milhares de pessoas, (não só de escravos, mas principalmente, por exercerem as atividades de maior risco). Ademais, houve um considerável aumento no preço dos escravos, dificultando a sua compra nas regiões não ligadas à mineração. (CHIAVENATO, 1986; GOULART, 1975)

A tabela a seguir mostra a variação da população na região de Minas Gerais entre 1742 e 1786. Houve um aumento considerável entre 1742 e 1776 tanto na população livre quanto na população escrava, em 1742 era 54% da população constituída por escravos e, em 1776, 51% da população era escrava. Essa queda no percentual pode ser explicada pelo considerável acréscimo na população livre, a partir daí começou a decadência da mineração e o percentual da população escrava caiu para 48% em 1786, apesar do declínio da produção, a população escrava não diminuiu de forma considerável, e possivelmente esses escravos foram aproveitados em outras atividades na região.

Tabela 2 - População de Escravos e Livres em Minas Gerais

Anos	Escravos	Livres	Total	% de escravos
1742	94.128	80.000	174.128	54
1776	163.240	156.529	319.769	51
1786	174.135	188.166	362.847	48
Total	431.503	425.241	856744	-

Fonte: Gorender (1985, p.454)

A produção de metais entre 1700 e 1800 foi de 983 toneladas, o ciclo da mineração teve seu auge em 1750, mas a partir da década de 60 do século XVIII começou o declínio da produção de ouro e outros metais.

Embora o grande volume da produção de metais, o valor das exportações do ciclo foi de 170 milhões de libras, sendo inferior ao do ciclo do açúcar que foi de 423 milhões de libras. Esses números mostram a importância do açúcar na economia brasileira.(CHIAVENATO, 1986)

2.3 CICLO DO CAFÉ

O café começou a ser plantado no Brasil no final do século XVIII, a partir de 1840 já se exportava mais de 1 milhão de sacas anualmente. No ciclo do café persiste a mesma forma de produção, em que o escravo negro continuava fazendo tudo, mas neste ciclo começará a decomposição do sistema escravista brasileiro. (CHIAVENATO, 1986)

O primeiro grande núcleo produtor de café instala-se no Vale do Paraíba, sustentado pelo trabalho escravo, mas entra em decadência na década de 80 do século XIX, com problemas relacionados ao fim do tráfico de escravo. São Paulo assume a liderança, superando o fim do tráfico, com uma organização capitalista com base no trabalho assalariado e com a utilização de imigrantes principalmente europeus. (CHIAVENATO, 1986)

O café, no século XIX, torna-se o principal produto de exportação e consumirá menos escravos. “No século XVII o açúcar ‘gastou’ 350 mil escravos. Nos séculos XVIII e XIX o açúcar ‘gastará’ 1 milhão de negros, a mineração 600 mil e o café vai explorar 250 mil escravos”.(CHIAVENATO, 1986, p. 37)

A tabela na seqüência mostra a quantidade de escravos usada no ciclo do café entre os anos de 1836 e 1886, no estado de São Paulo.

Tabela 3 - População Escrava na Zona Cafeeira da Província de São Paulo

Local	1836	1854	1886**
Vale do Paraíba	24.460	33.823	43.361
Oeste Antigo*	33.002	40.506	52.952
Oeste Novo	3.584	20.143	67.036
Total	61.046	94.472	163.349

*Em 1836 o Oeste Antigo produzia principalmente açúcar, mudando para o café na década de 50.

**Esses números incluem os ingênuos.

Fonte: Gorender (1985, p. 586)

A tabela enfatiza que no decorrer dos anos a população escrava aumentou em todas as regiões produtoras de café, o Oeste Novo foi a localidade onde o incremento da mão de obra escrava foi mais acentuado, passando de 3.584, em 1836, para 67.036 em 1886, e certamente teve dificuldades após a abolição para conseguir mão-de-obra suficiente para manter o mesmo nível de produção.

Podemos observar através dos ciclos produtivos existentes no Brasil, do século XVI ao XIX, que mudavam os produtos (açúcar, mineração, café, os principais produtos de exportação), mas as formas de produção permanecem ao longo dos séculos, “a monocultura, o grande latifúndio e o escravo negro formarão a base econômica do país”. (CHIAVENATO, 1986, p. 28)

Durante quase quatro séculos de escravidão, a mão-de-obra escrava foi utilizada em várias atividades econômicas, desde as fazendas de açúcar no Nordeste brasileiro, passando pela extração de ouro e metais preciosos na região de Minas Gerais até nas plantações de café em São Paulo. Esse período foi de importância econômica para o país, pois possibilitou aos fazendeiros a acumulação de capital e a formação da elite agrária brasileira que exerceu o poder na fase colonial do Brasil.

2.4 CAMPANHA ABOLICIONISTA

A situação mudou no século XIX, iniciaram-se as pressões externas para que o Brasil abolisse a escravidão, e com a perspectiva de que com a independência isso fosse acontecer. Em 1822 ocorreu a independência política do Brasil, mas quase nada mudou na forma de vida

da sociedade e nas suas relações de trabalho.

A Inglaterra foi o país que mais pressionou o Brasil para que a escravidão tivesse fim, porque no século XVIII promoverá a Revolução Industrial que implicou um contínuo aumento de sua produção e, conseqüentemente, buscava um mercado que comprasse sua mercadoria. Desta maneira, os ingleses vieram a incentivar o fim do trabalho escravo não porque esse regime fosse imoral ou absurdo, mas porque o trabalho escravo produzia pouco. Para que os produtos ingleses tivessem suas vendas aumentadas, era necessário que uma camada maior da população pudesse adquirir as mercadorias importadas da Inglaterra. E isso só seria possível implementando o trabalho livre, assalariado.(TREVISAN, 1988).

De acordo com Trevisan (1988), o pedido da Inglaterra para que o tráfico negreiro fosse extinto passou a ser uma exigência. Para Emília Viotti da Costa (1989), as pressões diplomáticas inglesas (que só podem ser entendidas dentro do contexto da economia mundial da época) levaram o governo brasileiro a proibir a importação de escravos em 1831 e declarava livre os escravos importados a partir daquela data, mas essa lei não foi respeitada e tinha o consentimento das autoridades responsáveis pela sua fiscalização.

Devido à expansão da lavoura cafeeira e à conseqüente necessidade de mão-de-obra, determinaram a continuação do tráfico sob forma de contrabando até 1850. Em 4 de setembro de 1850 foi promulgada a “Lei Euzébio de Queiroz”, com o objetivo de interromper definitivamente o tráfico de escravos africanos para o Brasil, o que se efetivou somente em 1856, com a chegada do último navio negreiro no porto do Rio de Janeiro.¹ A cessação efetiva do tráfico só foi possível em função de uma convergência de fatores internacionais, tais como: pressão diplomática para abolir o tráfico de escravos, imagem do Brasil no exterior, sendo o último país católico das Américas que ainda não havia eliminado esse comércio; e nacionais: alto valor dos escravos tornando a aquisição antieconômica, início da mecanização incompatível com o trabalho escravo.

A abolição da escravidão (começando com o fim do tráfico de escravos) foi gradual, o que favoreceu a classe dos proprietários de escravos, pois estes não perderiam todo o capital investido com a compra de escravos em um único momento.

Durante a década de 1860, desenvolveu-se um movimento emancipacionista significativo no Brasil, uma série de acontecimentos externos ajudou a estimular essas atitudes na década de 60, quais sejam:

Liberação dos escravos nos impérios português, francês e dinamarquês, a dos servos

¹ Pedro et al 1988, p. 11

russos em 1861 e a Guerra Civil nos Estados Unidos, deram à questão da escravatura no Brasil uma urgência que não se verificará desde o final da luta em 1851, que culminou com a aprovação da lei do Ventre Livre em 1871. (CONRAD, 1978, p. 88)

Em 28 de setembro de 1871, foi promulgada pelo ministro Rio Branco a Lei nº 2.040 conhecida com “Lei do Ventre Livre”, que concedia a liberdade para os filhos de mães escravas nascidos a partir daquela data. (MELLO, 2003; TREVISAN, 1988). Essa lei teve o apoio passivo por parte dos plantadores, sendo tal cooperação essencial, pois sozinho o governo não teria poder para impor seu cumprimento. (CONRAD, 1978)

Fabiano Dauwe (2001, p. 17) acrescenta que os filhos das mães escravas que nascessem após aquela data seriam livres,

mas deveriam servir ao senhor de suas mães até a idade de oito anos, quando então, se fosse vontade do senhor, seriam entregues ao Estado em troca de uma indenização de 600\$000; caso contrário, ali continuariam até os 21 anos, devendo servir ao senhor de sua mãe, sendo em contrapartida mantidos e educados por eles.

Esta lei tinha um artigo que estabelecia que todos os escravos de propriedade do governo seriam libertos e poderiam procurar outros empregos, os que ficassem receberiam salários, mas os escravos só poderiam arrumar outros empregos se “isto não privasse os Estados de trabalhadores que fossem necessários”. (CONRAD, 1978, p. 123) Portanto, o governo criou meios para não liberar todos os escravos, manter o funcionamento das suas obras e ao mesmo tempo tendo uma atitude liberal.

A Lei 2.040 ainda continha um artigo que estabelecia um Fundo de Emancipação de Escravos, a ser constituído em todos os municípios do país, que receberiam recursos do Império para classificar e alforriar os cativos. “A iniciativa era uma forma de o governo central reforçar seu engajamento na solução da questão servil e apressar a Abolição no país, fiel à política estabelecida pela Lei de 1871 de fazê-lo gradualmente e por meio de ressarcimento dos senhores”. (DAUWE, 2001, p. 23)

Os recursos para esse fundo viriam por meio de impostos sobre matrícula e venda de escravos, loterias nacionais, multas e contribuições. Também era permitido ao escravo a formação de um pecúlio, que provinha de doações, heranças e por consentimento do senhor, o que obtiver de seu trabalho, esse pecúlio contribuiria para a sua alforria.

Esse artigo também estabelece a criação de uma junta de classificação, na qual os senhores matriculariam todos os escravos. A referida junta classificaria os escravos que

poderiam obter a liberdade através do fundo e determinariam o preço por arbitragem. (CONRAD, 1978)

Por causa da lentidão na matrícula e classificação, somente em maio de 1876 foram anunciados os primeiros 1.503 escravos que receberam alforria através do fundo. O fundo não foi uma maneira muito eficiente para a libertação dos escravos, já que, além da demora, libertou poucos escravos, e os proprietários aproveitavam para se desfazer dos escravos de menor utilidade obtendo um bom preço. O preço médio de cada escravo variava de província para província, por exemplo, entre 1875 e 1885, Minas Gerais apresentava o preço mais alto, 909\$000, a Bahia tinha o preço médio de 576\$5000, as regiões cafeeiras exibiam a maior média de preços, 785\$600 enquanto o Nordeste mostrava a menor média, 533\$500. Para Santa Catarina o valor médio era de 479\$000, sendo pago ao proprietário do escravo, e estava às vezes acima do valor real do escravo. (CONRAD, 1978)

Segundo Trevisan (1998), a escravidão teria um provável fim até meados do século XX, quando morressem os escravos que haviam nascido até 27 de setembro de 1871.

Dentro desse processo da abolição gradual da escravidão, foi aprovada a Lei nº 3.270 conhecida como a “Lei do Sexagenário”, em 28 de setembro de 1885, que garantia liberdade aos escravos que tivessem 65 anos ou mais (TREVISAN, 1988).

Tal lei também modificou aspectos do fundo de Emancipação, que o tornou mais eficiente e ampliou os seus recursos: cinco por cento de todos os impostos nacionais, mais títulos da dívida pública emitidos a cinco por cento, com amortização anual de meio por cento. (DAUWE, 2001)

A Lei do Sexagenário teve sucesso parcial, visto que, segundo as estatísticas oficiais, o número de cativos com 65 anos ou mais era de 90.713, mas apenas 18.946 escravos foram libertados por essa lei entre 1885 e 1887. (CONRAD, 1978)

O ano de 1888 foi marcante na história brasileira e na luta pelo fim da escravidão, pois em 13 de maio de 1888 foi assinada pela princesa Isabel a “Lei Áurea”, que formalizava o fim da escravidão no Brasil, e a partir de então, o trabalho escravo não mais deveria existir, podendo o trabalhador antes escravo ser contratado sob outro regime de trabalho.

Conforme Costa (1989), a abolição aparece como resultado de um processo de longa duração que envolve mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminam na Lei Áurea. Mudanças econômicas que se processaram no país, tais como:

Incipiente processo de urbanização, o aparecimento das primeiras empresas industriais, companhias de seguro, organismos de crédito, o incremento de certos setores do comércio varejistas e de grupos artesanais, representados por trabalhadores livres que encontravam novas oportunidades de emprego, favorecendo a formação de uma categoria social nova. (COSTA, 1989, p. 440)

Ela também afirma que, à medida que vários setores da população foram entrando na luta pela abolição, os partidos políticos descobriram nela um tema sem par para fazer adeptos e eleger seus membros. Chegam a formar um partido abolicionista do qual um dos fundadores foi Joaquim Nabuco, um político e escritor considerado iminente pela sociedade da época

Assim, melhorias visíveis nos meios de transporte, com a introdução e ampliação das estradas de ferro, diminuindo a distância para o carregamento do produto; meios de comunicação mais eficientes, associados aos fatores acima mencionados e com a pressão da classe média de profissionais liberais, o país começou a sentir o impacto a favor da abolição da escravatura.

Para a mesma autora, as transformações que ocorreram na segunda metade do século XIX no Brasil facilitaram a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. De fato, tais transformações criaram condições para essa transição, mas não a determinaram. Podemos identificar como primeira condição o fato de a acumulação de capital resultante da expansão do setor exportador permitir uma melhoria no processo de beneficiamento do produto (café, açúcar, algodão, etc), causando uma diminuição na quantidade de mão-de-obra, o que ocasionou a necessidade de especialização, pessoas treinadas para trabalhar com as máquinas, que aumentavam a produção e a qualidade dos produtos. A melhoria dos transportes associado à melhoria no beneficiamento do produto possibilitou o uso mais eficiente da mão-de-obra, reduzindo o número de escravos nas atividades produtivas, uma vez que esses não estavam dispostos a manusear as máquinas e muitas vezes tinham medo delas, sendo preciso aumentar os trabalhadores livres principalmente europeus, que já tinham alguma prática com a mecanização. Outro fator que contribuiu para tornar o trabalho livre mais atraente foi o interesse crescente na circulação de capital na economia. Além disso, a partir das novas condições, o trabalho escravo tornou inoperante, afirmando a superioridade do trabalho livre. Mesmo assim, a transição do trabalho escravo para o livre, assalariado foi lenta e difícil na sociedade brasileira.

3 A ESCRAVIDÃO EM SANTA CATARINA E EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO

A bibliografia sobre escravidão em Santa Catarina e Ilha é pouco ampla e repetitiva, pois os autores baseiam-se em anotações de viajantes que visitaram a província nos séculos XVIII e XIX, em anúncios de jornais da época, em correspondências oficiais, assim como em ofícios e documentos policiais relacionados a resoluções em relação aos escravos e em crimes cometidos por eles contra seus donos.

3.1 HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM SANTA CATARINA

A primeira notícia que se tem sobre a existência de escravos na Província de Santa Catarina é do ano de 1536, quando Gonzalo de Mendonça, em um pedido de busca de socorro para Buenos Aires, assinala a existência de escravos. Através desse registro não se pode precisar se esses escravos eram índios ou de origem africana. Contudo, ele indica que, desde o século XVI, os fundadores das primeiras povoações litorâneas catarinenses, Francisco Dias Velho, Manoel Rodrigues de Andrade, Francisco Dias e Domingos de Brito Peixoto, para cá vieram trazendo seus parentes e escravos. Assim, pode-se afirmar a existência de mão-de-obra escrava desde os primórdios da ocupação do território catarinense (PIAZZA, 1975).

Segundo Cardoso e Ianni (1960), a colonização dessa área assumiu formas específicas de desenvolvimento, em relação às demais regiões brasileiras. Nessa região do Brasil Meridional, o negro teve uma pequena importância, se comparado a outras regiões.

[...] O escravo negro não exerceu um papel importante na colonização do Brasil Sul. Essa colonização iniciou-se no momento em que a mineração (setor exportador da economia colonial) desenvolvia-se, consumindo grande número de escravos negros. Em consequência, o preço das peças era muito alto e a mão-de-obra escrava tornou-se antieconômica nas regiões do Brasil que não podiam concorrer no mercado colonial de exportação. (CARDOS; IANNI, 1960, p. 5)

Para Ilka Boaventura Leite (1996, p. 41), a produção agrícola no litoral catarinense caracterizava-se pela “média e pequena propriedade e pela policultura. Este aspecto foi

suficiente para limitar o interesse do sistema escravista aqui implantado”.

A pequena atividade mercantil com pouca exportação, basicamente de subsistência associada a uma organização familiar bem definida, estabeleceu um modo de vida e organização social em Santa Catarina bastante peculiar. A ausência de grandes fortunas impediu que a população que exercia basicamente trabalho produtivo “adquirisse uma soma de escravos”.(VIEIRA, 2000, p. 17)

De acordo com Pedro et al (1988), devido à falta de recursos para adquirir o número de escravos suficientes, nas atividades de subsistência, o branco pobre viu-se obrigado a trabalhar juntamente com o escravo de que era proprietário. Nestas condições, os escravos concorriam com seus proprietários ou trabalhadores livres pobres na prática de eventuais serviços e tarefas de subsistência.

Segundo Pedro et al (1988), Santa Catarina, particularmente, nunca fez parte das regiões do país cuja produção era para abastecer o mercado externo com produtos tropicais, nem mesmo tornou-se uma importante região complementar para o suprimento do mercado interno com alimentos, meios de transporte e de tração, com o foi o caso do Rio Grande do Sul. Neste contexto, a acumulação de capital era reduzida, o que impossibilitou a aquisição de um contingente de escravos, comparável às demais regiões. Outro fator que contribuiu para a pequena utilização do escravo foi a contínua entrada de imigrantes europeus que fez com que o trabalho livre superasse o trabalho escravo.

Conforme Laura Hübener (1981), na década de 60 do século XIX ocorreu o “miniboom” na economia catarinense, e o principal produto de exportação (farinha de mandioca) teve maior destaque nos mercados nacionais e internacionais (região Platina). A tabela a seguir mostra as exportações de Santa Catarina no período de 1854 a 1872.

Tabela 4 - Principais Produtos Exportados pela Província de Santa Catarina de 1854 a 1872

Triênio	Farinha		Goma		Feijão		Milho		Fava	
	Alq.	%	Alq.	%	Alq.	%	Alq.	%	Alq.	%
1854-57	1223107	85,6	22649	1,61	69318	4,9	81192	5,68	32355	2,31
1857-60	1640811	81,7	36734	1,81	63387	3,2	203033	10,1	62525	3,11
1860-63	1274435	76,9	17517	1,1	85071	5,1	237820	14,4	42290	2,68
1863-66	1928139	78,6	16982	0,7	77599	3,2	373614	15,2	57564	2,4
1866-69	2001413	77,5	25873	1,0	44585	1,7	454690	17,6	55374	2,2
1869-72	1350841	78,0	12344	0,7	12344	0,7	320291	18,49	35900	2,1
Total	9428746	-	132099	-	383255	-	1670640	-	286900	-

Fonte: Hübener (1981, p. 83)

Podemos observar que a farinha de mandioca sempre teve a maior importância nas exportações. Essa exportação acima do normal, na década de 60, foi provocada em parte pela Guerra no Paraguai, que demandavam maior farinha do sul, e também pela expansão do café, cujas fazendas deixavam de produzir gêneros alimentícios para se dedicar à cultura cafeeira. O auge das exportações de farinha de mandioca foi no triênio de 1866-1869, atingindo o volume de 2.001.413 alqueires. (HÜBENER, 1981)

Podemos supor que, para aumentar as exportações, a produção também aumentou, e observamos que no final das décadas de 50 e 60 o número de escravos na província foi o mais elevado. Portanto, podemos associar em parte o aumento da produção com a quantidade de escravos existentes, mas após esse período as exportações diminuíram, assim como houve queda na quantidade de escravos.

Na concepção de Cardoso (2000), na Província de Santa Catarina como um todo a população escrava tendeu a crescer na primeira metade do século XIX, mas decresceu cada vez mais na segunda metade. A Tabela 5, descreve a relação entre a população escrava e a população total da Província de Santa Catarina e no Brasil, no período de 1810 a 1887.

A tabela nos mostra que a taxa de população escrava na Província de Santa Catarina decresceu quase continuamente ao longo dos anos do século XIX, no período de 1810 a 1887, às vésperas da abolição. A partir de 1884 até 1887, segundo nossa fonte (CARDOSO, 2000), não há números da população total e, portanto, não se pode saber ao certo o percentual que decresceu. Apesar da falta de estatísticas da população total, podemos afirmar que o percentual da população escrava continuou a cair, seguindo a tendência do Brasil, devido, principalmente, ao aumento da população livre, alforria e morte dos escravos.

Tabela 5 – População da Província de Santa Catarina e no Brasil

Ano	População Escrava		Total		Porcentagem (Pop. Escrava)	
	SC	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil
1810	7.203		30.309		23,07	
1812	7.578		33.049		22,09	
1813	7.478		32.949		22,07	
1819	9.172	1.930.000 b	44.031	3.817.000	20,80	50,5
1838	13.658		63.624		21,46	
1839	14.062		65.578		21,44	
1840	12.511		66.218		18,80	
1842	12.580		67.218		18,70	
1844	14.358		77.814		19,75	
1854	14.195		101.559		13,97	
1855	17.119		105.604		16,21	
1856	18.187		111.109		16,36	
1857	18.408		122.833		14,98	
1858	19.131		127.786		14,90	
1859	16.316		114.597		14,23	
1864	16.320	1.715.000 a	133.738	10.245.000	12,20	16,73
1866	14.722		119.181		12,35	
1872	14.984	1.510.806 b	159.802	9.930.478	9,39	15,21
1884	8.261	1.240.806 a	-		-	
1885	8.249		-		-	
1886	8.240		-		-	
1887	4.927	723.419 a	-		-	

Fonte: Cardoso (2000, p. 128)

a) Conrad (1978, p. 344, 346)

b) França (2005, p. 124)

O período de 1864 a 1887 foi o que apresentou a maior queda, 69,8 % no número de escravos, passando de 16.320 para 4.927, Santa Catarina acompanha a queda de escravos no Brasil, onde, entre 1864 e 1872, houve uma diminuição de 204.194, uma média de 25.524 escravos por ano, e no estado a média anual no mesmo período foi de 167 escravos. Nesse período, a população livre no Brasil permaneceu mais ou menos constante e, em Santa Catarina, a população livre teve um acréscimo de 23,33%, passando de 117.418 para 144.818 indivíduos.

Registram-se algumas exceções nessa tendência contínua e constante ao decréscimo do percentual de escravos na população total da Província de Santa Catarina. No ano de 1842, o percentual de escravos era 18,70% da população total da província, em 1844, ao invés deste percentual diminuir, ele elevou-se para 19,75 %, caindo para 13,97%, em 1854, subindo novamente para 16,21%, no ano de 1855, e subindo, ainda, no ano de 1856, para 16,36%, quando, então, a taxa da população escrava no território catarinense começa a decrescer

continuamente.

Em Santa Catarina, as razões para a queda da população escrava podem ser várias, uma delas é a geração e preparação de escravos para serem vendidos ilegalmente fora da província. Após o fim do tráfico transatlântico, desenvolveu-se um comércio interprovincial de escravos, e o estado assume a posição de fornecedor de escravos para outras províncias. Em certos anos esta atividade se acelerou e em outros diminuiu e foi combatida pelo Governo Imperial. Ou ainda, grandes empreendimentos fugazes que logo desapareceram e que fizeram aumentar o número de escravos trazidos para a Província. E também se pode pensar em erros de estatísticas feitas com meios de coleta de dados precários, em relação aos nossos, e com muitas dificuldades de acesso à população de amostra. Além disso, cálculos e recursos estatísticos refinados foram elaborados no século XX, sendo desconhecidos no século XIX.(CARDOSO, 2000)

É difícil se saber ao certo o número de escravos existentes nos principais municípios de Santa Catarina, devido a vários fatores, precariedades dos instrumentos e meios de coleta de dados, desmembramentos de municípios cujos habitantes são recenseados ora em um, ora noutro município.

Levando em conta as limitações apontadas, é possível ter uma idéia aproximada da população escrava das principais cidades da Província de Santa Catarina.

Tabela 6 - População Escrava em Relação à População Total, nos Principais Municípios Catarinenses no Século XIX

Ano	1810			1856			1860		
	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%
Capital	3.313	12.471	26,56	3.978	20.916	19,01	3.597	19.945	18,03
São Francisco	623	4.788	13,02	2.736	14.552	18,80	3.948	17.476	22,59
Laguna	1.377	6.383	21,54	3.684	25.221	14,60	3.310	33.542	9,89
São José	-	2.808	-	2.831	17.234	16,42	2.225	15.699	14,17
Subtotal	5.313	26.450	-	13.229	77.923	-	13.080	86.662	-
Total	7.203	30.309	-	18.187	111.109	-	16.316	114.597	-

Ano	1864			1866			1872		
	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%
Capital	3.842	21.136	18,18	3.416	21.099	16,19	3.359	24.144	13,91
São Francisco	2.071	15.415	13,44	937	14.622	6,41	1.583	13.366	1,84
Laguna	3.427	39.788	8,61	3.228	23.408	13,79	2.737	18.698	14,64
São José	2.303	17.918	12,85	2.319	20.602	11,26	2.492	24.897	10,01
Subtotal	11.643	94.257	-	9.900	79.731	-	10.171	81.105	-
Total	16.320	133.738	-	14.722	119.181	-	14.984	159.802	-

Fonte: Cardoso (2000, p. 130)

Analisando a tabela, podemos verificar que praticamente em todos os anos a Capital apresentou quantidades de escravos superiores aos demais municípios indicados na tabela, a única exceção foi em 1860 quando o município de São Francisco apresenta o número relativo e absoluto de escravos superiores ao da Capital (3.597 e 3.948 , Capital e São Francisco, respectivamente).

Esses quatro municípios juntos apresentam no período uma população escrava superior a 60% do total da população escrava do estado, demonstrando a importância do litoral frente ao interior do estado.

Mas nem todas as cidades do litoral catarinense possuíam escravos, nas cidades de Blumenau e D^a Francisca, cuja sede era Joinville fundada em 1850, “expressava, em seu § 10, a proibição do emprego do braço escravo nas suas áreas territoriais”. Essa proibição foi em decorrência de ser uma cidade formada por pessoas principalmente de origem alemã, onde o preconceito era forte contra pessoas de cor. Mas apesar da proibição, ao redor da cidade houve utilização do trabalho escravo. (PIAZZA, 1999, p. 21)

3.2 A ESCRAVIDÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Conforme Cardoso e Ianni (1960), com a bandeira de Dias Velho chegaram os escravos na Ilha, os primeiros escravos eram indígenas (trazidos de outras regiões e também escravizados alguns que habitavam a Ilha), sendo o índio o elemento humano que o bandeirante contou no seu deslocamento para o sul. Mas a presença do escravo indígena não excluiu a vinda do negro com os paulistas para Santa Catarina naquela época, tanto é que no inventário de Dias Velho, iniciado em São Paulo a 02 de novembro de 1689, o mesmo deixou em sua herança 25 escravos negros.

A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu de forma bastante peculiar, ligadas às motivações da Coroa, estavam vinculadas à necessidade de estruturação, de um apoio que sustentasse as pretensões lusas na região do Prata, bem como uma estratégia de defesa contra os ataques espanhóis. E as povoações foram feitas por famílias açorianas que não possuíam recursos financeiros para adquirir escravos, dessa forma, a aquisição de escravos tornou-se limitada na Ilha.(VIEIRA, 2000)

De acordo com Cardoso e Ianni (1960), durante os primeiros cinquenta anos da colonização de Desterro, o aproveitamento do negro como mão-de-obra foi muito reduzido,

pois as atividades econômicas desse período eram baseadas na subsistência e as eventuais trocas ocorriam na forma de escambo. Apesar do predomínio da economia de subsistência, o autor afirma que “mesmo nos primórdios da ocupação do solo houve a exploração do trabalho escravo”.

Os primeiros dados estatísticos sobre a Ilha de Santa Catarina, onde está situada hoje a maior parte da Cidade de Florianópolis e onde se situava a Antiga Desterro, são de 1791 e a população da Vila do Desterro estava assim distribuída: uma população branca de 2.652 indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades se somavam os forros 75 pardos e 35 negros de ambos os sexos. Os escravos eram 206 pardos e 789 negros, homens e mulheres, somando 995 escravos, totalizando 3.757 pessoas na Ilha, sendo que 26,5% da população era escrava, ou seja, mais de um quarto da população local. Estes dados originaram-se de pesquisas estatísticas feitas a mando do governador da província de Santa Catarina Alberto Mirando Ribeiro. (CABRAL, 1972)

Segundo Cardoso (2000), em 1810, dados fornecidos por Paulo José Miguel de Brito mostram, para Nossa Senhora do Desterro, uma população de 5.250 pessoas, das quais 3.384 são brancas, 1.966 negras divididas em 1.689 escravas e 177 libertas. Em toda a Ilha de Santa Catarina havia 12.471 pessoas, sendo 3.313 escravas e 316 libertas.

Cardoso (2000), destaca que, em relação à população da Ilha, o percentual de escravo, em 1810, não ultrapassava 26,56%, contudo, quando se analisa o distrito de Nossa Senhora do Desterro, verifica-se que esse percentual é superior, com 32,17% de escravos.

Nessa época, Desterro era uma área urbana e sua população era maior que os demais distritos da Ilha, verificando-se uma maior utilização da mão-de-obra escrava em serviços urbanos. Durante o século XIX, a população escrava da Ilha e do Distrito de Nossa Senhora do Desterro decresceu em relação à população total, mas, em números absolutos, permaneceu, mais ou menos, constante até a década de 70 do referido século, quando começou o fim da era escravagista. Este fato pode ser constatado na tabela abaixo.

Tabela 7 - Relação entre a População Escrava e a População Total na Ilha de Santa Catarina

ANO	POPULAÇÃO ESCRAVA	TOTAL	PERCENTUAL POP. ESCRAVA
1810	3.313	12.471	26,56
1854	3.692	19.913	18,54
1856	3.978	20.916	19,01
1859	3.697	19.945	18,03
1864	3.842	21.136	18,17

1866	3.416	21.099	16,19
1872	3.359	24.174	13,89
1883	1.319	-	-
1885	408	-	-

Fonte: Cardoso (2000, p. 125)

Como se pode observar na Tabela 7, o maior percentual atingido pela população escrava na Ilha de Santa Catarina foi em 1810, com 26,56% do total da população. O menor número de escravos registrou-se em 1885 quando se verifica que haviam 408 escravos na Ilha de Santa Catarina.

A partir da década de 60, a população livre cresceu e a população escrava diminuiu, todavia, se percebe que a maior queda ocorreu entre 1872 e 1883, diminuindo 2.040 escravos nesse período, 183 por ano. E entre 1883 e 18885, houve uma queda anual de 455 escravos.

Para Cardoso (2000), a Ilha de Santa Catarina estava dividida, no século XIX, em diversas freguesias, com suas respectivas economias: Capital, no Centro-Oeste da Ilha; Santo Antônio, no Noroeste; Ribeirão da Ilha, no Sul; Lagoa, na parte Central Leste da Ilha; Rio Vermelho, na parte Nordeste e Norte da Ilha; Canasvieiras, no extremo Norte e Trindade na região Central da Ilha. A Vila do Desterro constituía a parte mais urbanizada, devido ao fato de ser o centro comercial da Ilha e onde se localiza o Porto da Ilha.

Em todas as regiões da Ilha de Santa Catarina houve registros da presença de trabalho escravo. A Tabela 8, a seguir, mostra a distribuição da população escrava na Ilha de Santa Catarina.

Tabela 8 - Distribuição da População Livre e Escrava na Ilha de Santa Catarina (1810-1872)

Freguesia	1810			1855			1856		
	Escravos	Total	%	Escravos	Total	%	Escravos	Total	%
Capital	1.689	5.250	32,17	1.436	5.611	25,59	1.351	5.614	24,06
Sto. Antônio	602	3.347	17,98	554	3.033	18,26	580	3.196	18,14
Ribeirão	423	1.144	37,97	640	2.651	24,14	686	2.923	23,46
Lagoa	599	2.370	25,27	118	2.888	4,1	394	2.877	13,66
Rio Vermelho	-	-	-	345	1.644	20,98	366	1.930	18,96
Canasvieiras	-	-	-	347	2.275	15,25	331	2.338	14,16
Trindade	-	-	-	252	1.811	13,91	270	2.038	13,24
Total	3.313	12.111	-	3.692	19.913	-	3.978	20.916	-

Freguesia	1866			1872		
Capital	1.263	6.474	19,50	1.622	9.108	17,80
Sto Antônio	394	2.666	14,77	405	3.006	13,47
Ribeirão	519	2.712	19,13	275	2.997	9,17

Lagoa	479	3.025	16,49	411	3.300	13,36
Rio Vermelho	241	1.656	14,55	186	1.768	10,40
Canasvieiras	323	2.641	12,23	385	3.854	9,98
Trindade	197	1.925	10,23	117	2.294	5,10
Total	3.416	21.099	-	3.401	26.327	-

Fonte: Cardoso (2000, p. 134)

Em números absolutos, a Capital sempre obteve uma concentração maior de escravos, mas em 1810 a Freguesia do Ribeirão chegou a apresentar taxas percentuais superiores às apresentadas na Capital,

[...] A maior parte dos escravos da Ilha de Santa Catarina concentrava-se na Freguesia da Capital, o que é facilmente compreensível quando temos presente a intensidade da exploração do braço escravo nos serviços domésticos. Apenas uma das freguesias apresentava uma taxa maior de escravos do que Desterro, a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Este fato se explica pela existência de uma armação, a da Lagoinha, nessa área, segundo dados de 1810, quando ainda havia a pesca da baleia [...] (CARDOSO, 2000, p. 134-135)

Mas ainda na primeira metade do século XIX, a atividade de pesca e fabricação do óleo da baleia acabou, em virtude, sobretudo, da concorrência com baleeiros estrangeiros, que utilizavam embarcações melhores e equipamentos mais apropriados para a pesca em alto mar. (CARDOSO; IANNI, 1960)

3.3 TRABALHO ESCRAVO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Apesar da Ilha de Santa Catarina não se caracterizar como região agro-exportadora, isto não impediu que se utilizasse de mão-de-obra escrava tanto em atividades rurais, quanto em serviços urbanos.

Segundo Piazza (1975), o censo de 1872 registrou 3.360 escravos na Ilha de Santa Catarina, esses escravos eram essenciais por executarem uma série de atividades nas zonas rural e urbana, tais como: carregar mercadorias, serviços domésticos, na agricultura, na pesca da baleia e na produção de óleo, enfim, eles executavam todas as tarefas que os brancos achavam subalternas e destinadas aos níveis “inferiores” da sociedade. Na base da pirâmide estava o escravo, que era quem realizava os trabalhos pesados e mais repugnantes (carregar

lixos e fezes e limpeza em geral)².

Conforme Cardoso (2000), na Ilha de Santa Catarina, em nenhuma atividade a mão-de-obra escrava foi mais usada que a assalariada independente, com exceção do trabalho nas armações, onde os trabalhadores livres faziam a pesca e os escravos ficavam nas armações, realizando todo o processo para a fabricação do óleo da baleia.

Apesar de um grande número de escravos existentes na agricultura, não significa que esta fosse próspera, era uma economia de subsistência que produzia um pequeno excedente comercializável, por isso as exportações eram de pouca importância. Tratava-se de auto-produção e não produção para o mercado.

Na Tabela 9, verifica-se como se dava a distribuição das atividades econômicas dos escravos na Ilha de Santa Catarina, segundo dados dos anos de 1872.

Os escravos estavam divididos de acordo com as seguintes categorias: artistas, marítimos, pescadores, comerciantes, operários de madeira, operários de edificação, operários de vestuários, operários de chapéus, operários de calçados, canteiros, operários de tecidos, costureiras, criados e jornaleiros, domésticos, lavradores e sem profissão.

Tabela 9 - A Distribuição das Atividades Econômicas dos Escravos na Ilha de Santa Catarina em 1872.

Ocupações	Ilha		Desterro		Ilha exceto Desterro	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Artistas	21	-	21	-	-	-
Marítimos	35		35	-	-	-
Pescadores	25		24	-	1	-
Comerciantes	2		2	-	-	-
Operários em Madeira	40	-	37	-	3	-
Operários de Edificação	56	-	48	-	8	-
Operários de Vestuários	3		3	-	-	-
Operários de Chapéus	6	-	6	-	-	-
Operários de Calçados	17	-	17	-	-	-
Canteiros	15	-	15	-	-	-
Operários em Tecido	-	46	-	46	-	-
Costureiras	-	57	-	21	-	36
Criados e Jornaleiros	82	25	76	23	6	2
Domésticos	161	915	109	445	52	470
Lavradores	699	26	-	-	699	26

² Cabral 1972, p. 101

Sem profissão	381	332	121	121	260	211
Total	1.543	1.401	514	656	1.029	745

Fonte: Cardoso (2000, p. 116)

A Vila de Nossa Senhora do Desterro, que corresponde atualmente ao Centro de Florianópolis, em que na época estava o Porto, era o centro comercial da Ilha e onde também se estabeleciam as oficinas e indústrias artesanais, consistindo na região urbana da Ilha de Santa Catarina. Este fato explica porque na Tabela 9, elaborada com dados do Censo Imperial de 1872, não há o registro de um único escravo empregado em lavouras na Vila do Desterro.

Gorender (1985) identifica que na Ilha de Santa Catarina há uma grande utilização da escravidão doméstica, na zona urbana, e os homens constituíam 52,4% do total da população escrava da Ilha. Nas atividades agrícolas, a preferência era por escravos do sexo masculino, possivelmente pela resistência física superior às mulheres, mas essa preferência não exclui o uso de mulheres nas referidas atividade, como mostra a tabela seguinte com o número de homens e mulheres nas duas principais atividades da Ilha.

Tabela 10 - População Escrava da Ilha de Santa Catarina em 1872

	Homens	Mulheres	Total*
Em conjunto	1.543	1.401	2.944
Domésticos	161	915	1.076
Agricultores	699	26	725

*O total de escravos era de 3.431. Há pois um resíduo de 487 escravos fora desta classificação

Fonte: Gorender (1985, p. 340)

Podemos fazer uma comparação entre a Ilha de Santa Catarina e o Brasil no ano de 1872, destacando a importância dessas duas atividades na economia nacional. Para um total de 1.510.806 escravos no Brasil, 808.401 escravos (homens 503.744 e mulheres 304.654) eram utilizados na realização de serviços agrícolas, e 175.377 escravos (homens 45.561 e mulheres 129.816) eram empregados nos serviços domésticos. Esses números apontando a importância das atividades agrícolas e necessidade dos escravos no Brasil, onde mais de 50% dos escravos estavam ligados à agricultura. (CONRAD, 1978)

Na Ilha, nota-se que a maior parte dos escravos era usada em serviços domésticos e rurais, sendo que a maior parte dos homens eram utilizados em serviços agrícolas e as mulheres estavam ligadas aos serviços domésticos. Estas duas atividades, agricultores e empregados domésticos, absorviam 61,17% do número de escravos na Ilha de Santa Catarina, sendo que 38,82% estavam empregados em outras profissões ou eram escravos sem

qualificações, destinados aos serviços gerais. No total, 24,62% dos escravos estavam na agricultura e 36,54% destinados às atividades domésticas. Portanto, na Ilha, a agricultura não tinha tanta importância econômica e com pouca utilização dos escravos se comparado ao Brasil no ano de 1872.

Na Vila de Nossa Senhora do Desterro, além do trabalho doméstico, existia uma série de trabalhadores escravos realizando diversas atividades pelas ruas da cidade. Os homens encontravam-se exercendo atividades relacionadas ao porto, carregando mercadorias, levantando edificações e no comércio ambulante. As mulheres, além de criadas domésticas, trabalhavam como lavadeiras, quitandeiras, amas de leite e costureiras. (PENNA, 2005, p.88).

Não existem dados precisos sobre a distribuição dos escravos, segundo a atividade econômica e a profissão, na Ilha de Santa Catarina, antes do Censo de 1872. É provável que na época intensa da escravidão, até a metade do século XIX, houvesse mais escravos qualificados trabalhando em atividades urbanas e rurais, empreendimentos artesanais, pesca e elaboração do óleo de baleia e, até mesmo, escravos artistas.

Apesar da maioria das mulheres serem empregadas em serviços domésticos, e os homens em atividades agrícolas. Essa classificação quanto a ocupação tanto dos homens como das mulheres é apenas um indicativo, pois os escravos eram considerados “pau-para-toda-obra”, realizando qualquer tipo de atividade que o senhor julgasse capaz, principalmente em pequenas propriedades, onde o número de escravos era reduzido. (PENNA, 2005, p. 81-84)

A Tabela 11 mostra a relação quantitativa e percentual entre o número de indivíduos escravos economicamente ativos, com profissão ou sem qualificações específicas, e os indivíduos livres empregados nas mesmas profissões, segundo registro do Censo de 1872.

Verifica-se também que muitas funções artesanais e de serviços básicos da economia da época eram executadas por trabalhadores assalariados, por homens ditos livres, geralmente brancos.

Tabela 11 - Relação Entre o Número de Escravos e Pessoas Livres na Economia de Nossa Senhora do Desterro em 1872

Ocupação	Total	Escravos	% Escravos
Artistas	164	21	12,8
Marítimos	248	35	14,1
Pescadores	57	24	42,1
Comerciantes	404	2	0,5
Costureiras	200	21	10,5
Canteiros	30	15	50,0

Operários em Madeiras	103	37	35,9
Operários em Edificação	147	48	32,6
Operários em vestuários	106	37	35,9
Operários em Chapéus	6	6	100,00
Operários em Tecidos	46	46	100,00
Operários de Calçados	36	17	47,2
Criados e Jornaleiros	376	99	26,3
Domésticos	2.181	554	25,4
Lavradores	124	-	-
Sem profissão	3.528	242	6,9
Total	7.756	1.170	-

Fonte: Cardoso (2000, p. 118)

Ao analisarmos a tabela, identificamos que o uso do trabalho escravo foi freqüente em quase todas as profissões, até mesmo naquelas em que necessitava uma certa qualificação como comerciantes e artistas, mas para o escravo exercer certas profissões o seu dono teria de pedir autorização e se responsabilizar “por alguma trapaça que possa fazer o dito seu escravo, a que comumente são inclinados os pretos que lidam com quitandas”.(CABRAL, 1972, p. 95)

Cabral (1972, p. 95) ainda descreve uma notícia na qual a Câmara autoriza um escravo a exercer uma determinada atividade: “Em 1831, a Câmara deferiu um pedido de D. Rosa Angélica Pessoa, para que o seu escravo Pedro pudesse vender fazendas pela Cidade”. Portanto, além da autorização, os escravos teriam que ter uma certa qualificação, um conhecimento do produto, assim como conhecer dinheiro, para não serem enganados e não enganarem outras pessoas.

Podemos salientar o elevado percentual de escravos em determinadas ocupações tais como, 42,1% dos pescadores eram escravos, 50% das costureiras, 100% dos operários em tecidos e em chapéus, isso demonstra que os escravos fizeram parte de setores importantes da economia local.

Penna (2005, p. 8) assinala que na área urbana o trabalhador escravo pode ser usado pelo seu dono de três formas distintas: “o escravo trabalhava junto com o patrão, ou era alugado ou trabalhava por conta própria e levava periodicamente uma quantia a seu proprietário, o que se convencionou chamar de sistema de ganho”. O escravo de ganho foi uma das relações de trabalho que existiu durante a escravidão, e possivelmente esse sistema tenha sido utilizado em todo o país.

O sistema de ganho funcionava da seguinte forma: o dono do escravo estipulava a quantia a ser paga pelo escravo, mas era o escravo (trabalhador) quem ditava as regras do trabalho, não recebia salário, o seu pagamento era o que ultrapassava o “jornal” estipulado

pelo senhor. Os escravos de ganho muitas vezes não moravam com o senhor, o que lhes dava certa autonomia. (PENNA, 2005).

Os escravos ainda poderiam ser alugados, garantindo um bom lucro para seu proprietário, pois, ao alugar um escravo, a manutenção e alimentação era responsabilidade do seu locatário, ficando todo o valor do aluguel para o proprietário.(CABRAL, 1972)

Na época havia vários anúncios de aluguel, compra e venda de escravos, vejamos alguns exemplos:

Na rua da Pedreira, nº 27, em 1856, havia para alugar uma escrava, por 10 mil réis, preço aliás elevado para a época, consentindo o seu dono que fosse empregada em qualquer serviço, menos o de quitandeira. (CABRAL, 1972, p. 99)

Aluga-se uma ama de leite, quem precisar, na rua Bela do Senado nº 30 achará, etc... (CABRAL, 1972, p. 98)

Aluga-se uma ama de leite e também sabe lavar, engomar e cozinhar o trivial de uma casa de família. (CABRAL, 1972, p. 98)

Há também anúncios de pessoas que procuravam escravos para alugar ou para compra, nesses anúncios eram colocados geralmente a que atividade ele se destinaria, algumas exigências quanto a saúde e limpeza do escravo.

Na rua do Livramento, nº 10, precisa-se com maior brevidade de uma ama de leite; não se olha o preço, sendo limpa e com abundante leite, dando-se preferência à quem não tiver cria. (CABRAL, 1972, p. 96)

Precisa-se alugar um escravo ou escrava que saiba cozinhar, para uma casa de pouca família e não se duvida pagar bem; ou também compra-se. (CABRAL, 1972, p. 97)

Procurava-se, no mesmo ano (1859), um trabalhador de enxada, que não fosse vicioso e fosse de meia idade, a rua do Mato-Grosso, para comprar ou alugar (CABRAL, 1972, p. 98)

A maioria dos proprietários que anunciavam o aluguel de seus escravos não informavam o valor do aluguel. No anúncio de 1856, o aluguel da referida escrava era de 10\$000 e possivelmente o valor era em torno disso. Em 1883 Fernando “D’Ávila devia 128\$00 a D^a. Faustina Fernandes, por 16 meses de aluguel do escravo Porfírio de 22 anos”. Sendo o valor mensal de 8\$000, um bom valor se compararmos com o valor da compra de um escravo com essas características (sexo masculino, com idade de 20 a 30 anos), o preço variava entre 300\$000 a 500\$000. E tendo com vida útil do escravo um período de 20 anos, o

proprietário recuperaria o investimento da compra do escravo em 5 anos e teria 15 anos somente obtendo lucros. Era comum na Capital o investimento em escravos para aluguel, devido ao retorno obtido com esse tipo de investimento. (PENNA, 2005, p. 93)

Se analisarmos, por exemplo, uma fábrica de calçados, onde segundo o Censo de 1872 tinha um total de 36 operários, dos quais 17 eram escravos, podemos nos perguntar: Esses escravos são de propriedade do dono na fábrica ou são alugados? Se os escravos pertencessem ao dono da fábrica, ele teria que fazer um investimento inicial de cerca de 500\$000 por escravo, para depois poder utilizar os serviços. Não temos informações do volume de produção da fábrica, portanto, não podemos saber qual a produtividade de cada escravo e nem o tempo necessário para se recuperar o investimento e nem o valor das despesas com a manutenção, mas possivelmente seriam inferiores aos salários dos demais funcionários, que supostamente são assalariados.

Se os escravos fossem alugados, o dono da fábrica que os contratou teria suas despesas ampliadas, logo, seu lucro diminuído, pois além da manutenção dos escravos, salário dos trabalhadores livres, terá que pagar para o proprietário dos escravos uma quantia que foi combinada previamente por eles. Assim, nesse exemplo, para minimizar os custos com a mão-de-obra, seria mais vantajoso que ele tivesse escravos próprios, desde que o valor investido na compra pudesse ser recuperado em poucos anos, e a produtividade de cada escravo fosse superior ou igual ao trabalhador livre.

3.4 TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE NA ILHA DE SANTA CATARINA

Nos séculos XVIII e XIX, Desterro possuía um núcleo urbano muito pequeno, que era favorecido pelas atividades comerciais propiciadas por seu porto e pela condição de sede da administração provincial. Assim as atividades urbanas adquirem caráter dominante se comparadas às atividades rurais, daí a maior utilização do escravo relacionado às atividades urbanas.

Esta situação permanece até os anos 80 do século XVIII. A parcela da população formada por negros libertos ainda era pequena, e enfrentava muitas restrições para recomeçar a vida, devido, em especial, por preconceito racial. Desta maneira, há um estímulo às migrações para outras regiões, sobretudo para o Rio de Janeiro.

Para Pedro et al (1988), as condições de pobreza, em razão da pouca produtividade e técnicas rudimentares de produção, se prolongam pelo menos até a última década do século XIX, sendo interrompida em breves momentos, quando a demanda eventual por seus produtos de exportação (principalmente a farinha de mandioca) crescia, como o que aconteceu na década de 60 devido à Guerra no Paraguai, ou quando o fato de ser Nossa Senhora do Desterro a capital da província atraía alguns investimentos. Tal animação, no entanto, era passageira, e já inserida numa conjuntura global de transição para o trabalho livre, a riqueza conseguida não era revertida em aquisição de mão-de-obra escrava, mas sim, assumia a forma de acumulação de capital. Em Santa Catarina, esse processo de transformação escravista foi reforçado pela implantação de núcleos de colonização criados no interior, por imigrantes do continente europeu (exemplo das colônias de Blumenau e Joinville).

“A entrada maciça de imigrantes europeus em Santa Catarina ocorre num momento em que a escravidão local está em declínio, num meio em que o preconceito e as discriminações raciais já estão estabelecidos, a partir das relações sociais”. (PEDRO et al, 1988, p. 25).

Segundo Pedro et al (1988), em Desterro, ocorre a reafirmação de que os caminhos do desenvolvimento capitalista seriam possíveis mediante a vinda do colono europeu e reduzindo a população escrava. Estabeleceu-se em Santa Catarina uma certa relação entre o abolicionismo e o imigrantismo no fim do século XIX:

A mesma voz que condena a escravidão e prega a abolição associa a presença do imigrante branco ao progresso e aumento da produção, enquanto a presença do trabalho escravo como entrave a este processo [...] Em um país como este, cujo desenvolvimento depende da imigração, não podemos deixar de oferecer aos filhos de outras raízes uma nova pátria com todos os seus gozos em nosso meio. (PEDRO et al, 1988, p. 49,58)

Para Vieira (2000, p. 26), a campanha abolicionista em Desterro seguiu os moldes nacionais levando argumentos bastante semelhantes: “o negro enquanto responsável pelos males do país, como um atraso, uma barreira que impedia o desenvolvimento da civilização. A campanha abolicionista em Desterro estava associada à questão da imigração”.

Em Desterro não se sabe se a Lei do Ventre Livre foi cumprida de forma satisfatória, nem quantos escravos foram beneficiados com recursos do fundo de emancipação, temos apenas o preço médio dos escravos em Santa Catarina pago pelo fundo, que era de 497\$000, entre os anos de 1875 e 1885. (CONRAD, 1978)

A Lei do Sexagenário libertou em Santa Catarina apenas 10 escravos entre 1886 e 1887, possivelmente não houvesse muitos escravos idosos, em função da pequena quantidade de escravos restantes em Santa Catarina.

Para Desterro não temos dados sobre o valor que o fundo pagava pelos escravos e nem o número de escravos libertados pela Lei do Sexagenário, mas temos informações sobre clubes e sociedades abolicionistas que começaram a atuar tardiamente, após 1883 quando o problema já era debatido em todo o país e algumas províncias como o Ceará e o Amazonas estavam na iminência de abolir a escravidão. Nesse período, o número de escravos já estava bastante reduzido, na Ilha em 1883, havia 1.319 escravos, caindo para 408 em 1885.

A finalidade desses clubes era organizar-se para a compra de alforrias, o que conseguiam através de festas e coletas com o intuito de angariar fundos para poder comprá-las, e não temos informação de quantos escravos receberam alforria por meio dos referidos clubes. (VIEIRA, 2000)

No mês de abril de 1888, várias cidades se declaravam livres da escravidão, entre elas têm-se: as capitais de Minas Gerais e Santa Catarina, a cidade de Petrópolis, Manaus e Belém.(CONRAD,1978)

A particularidade de Desterro vai introduzir outro enfoque dado aos negros nesse período, diz respeito ao significado do processo de Abolição. A emancipação dos escravos vai aparecer aqui como resultado da ação benemérita dos proprietários, a liberdade surge como uma dádiva, sobretudo, como um sinal de um novo tempo, mas o fim da escravidão acontece antes de 13 de maio de 1888, é anunciado o final da escravidão ainda no mês de março:

Vinte e quatro de março de 1888, Eliseu Guilherme da Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Desterro, e os demais vereadores, oficiaram ao Presidente da Província, Dr. Francisco José da Rocha, informando-o que A CAPITAL DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA NÃO POSSUÍA DENTRO DOS SEUS LIMITES NEM MAIS UM ESCRAVO. (CABRAL, 1972, p.145) Grifo autor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos precedentes desta pesquisa, passo-a-passo foram sendo cumpridos os objetivos, dos quais o principal era descrever o quadro da escravidão em Nossa Senhora do Desterro no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, assalariado, buscando relevar os fatores econômicos e políticos envolvidos na abolição da escravatura. O período escolhido é a fase de acirramento das lutas abolicionistas, inclusive com o aparecimento de um partido abolicionista, que se estende ao longo do século XIX, acentua-se após 1850, com a Lei do Ventre Livre e culmina com a abolição em 13 de maio de 1888.

No Brasil, podemos observar que a escravidão assume caráter rural, onde (em 1872) a maioria dos escravos estavam ligados aos serviços agrícolas, e os movimentos abolicionistas, assim como o fim do tráfico internacional de escravos, tiveram maiores impactos, se comprados à Nossa Senhora do Desterro.

Na Ilha e em Nossa Senhora do Desterro, a escravidão assume caráter urbano, dando preferência aos escravos do sexo masculino (52,4% da população escrava era constituída por homens em 1872), isso pode ser explicado pela falta de recursos para a compra de escravos, e quando compravam, era melhor comprar um escravo que tivesse mais resistência e força para exercer qualquer atividade.

Apesar de ter uma população escrava reduzida, o aumento das restrições em relação ao comércio e importação de escravos, a venda de escravos para outras regiões, ocasionou uma queda ainda maior na quantidade de cativos. Em 1872 havia pouco mais de 3.300 escravos em Santa Catarina e, em 1885, restavam apenas 408 escravos, e certamente em 1888 o número de escravos existentes na província era insignificante. Nesse período, a imigração européia aumenta de forma expressiva, e estava sendo considerada mais atraente e de acesso fácil, assim como a mão de obra escrava estava tornando-se antieconômica e insuficiente na província.

Em 1888, a escravidão em Nossa Senhora do Desterro era insignificante e na cidade a abolição é anunciada em 24 de março de 1888, seguindo o exemplo de outras cidades do Norte e Nordeste do país.

Contudo, o que de mais importante se verificou no presente estudo é o fato de que a escravidão na Vila do Desterro, da mesma forma que no restante do Brasil, não pode ser

vinculada a um modo de produção antigo, imperial, aristocrático, apesar da existência do Império brasileiro. O Brasil, dominado pelos grandes fazendeiros, cumpria sua função de país economicamente menor ao qual se destinava o extrativismo e a agropecuária para abastecer os gigantes econômicos da época, tais como a Inglaterra e já também os Estados Unidos da América do Norte.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**, memória II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

_____. IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1986

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1989

DAWE, Fabiano. **Estratégias institucionais de liberdade**. Um estudo acerca do fundo de emancipação de escravos em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888. Monografia de Graduação em Geo- Histórico, Florianópolis: UDESC, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2ª Edição, Nova Fronteira, 1986.

FRANÇA, Nilton Calzia. **Análise do trabalho escravo no Brasil a partir da teoria do sistema mundo**. Dissertação em Economia. Florianópolis: UFSC, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

GOULART, Maurício, **Escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. 3ª Edição, São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LEITE, Ilka Boaventura (org). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3ª Edição (2ª Edição Integral), Petrópolis: Vozes, 1976.

MELLO, Silvio Luzardo de Almeida. **O exército e a abolição da escravatura**. O exército e a proclamação da República. Florianópolis: Insular, 2003.

PEDRO, Joana Maria et al. **Negros em terra de brancos**. Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2005.

PIAZZA, Walter. **Os escravos em uma economia minifundiária**. Florianópolis: Editora UDESC, 1975.

_____. **Escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

PRADO, Caio Jr. **Historia econômica do Brasil**. 39ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1976.

TREVISAN, Leonardo. **Abolição**: um suave jogo político? São Paulo: Moderna, 1988.

VIEIRA, Karla Andrezza. **Interpretando os silêncios**: uma historia de relações de trabalho em Desterro/Florianópolis (1885-1895). Monografia de Graduação em História, Florianópolis: UFSC, 2000.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1975.